

30 ABR 1987

## Bete no lugar de Bresser

O governador Orestes Quércia anunciará, hoje, o nome da deputada Bete Mendes para a Secretaria da Ciência e Tecnologia, vaga com a ida de Bresser Pereira para o Ministério da Fazenda.

Quércia disse que a secretária da Cultura acumulará as duas Pastas durante 30 dias — prazo necessário para a escolha definitiva do novo titular da Ciência e Tecnologia —

e admitiu a



possibilidade de uma nova tentativa de composição do PMDB com o PTB na escolha do novo secretário. Mas assegurou: "Ainda não há nada definitivo em termos de negociações". Com as designações de Bresser Pereira e Ronaldo Costa Couto, para a Fazenda e o Gabinete Civil, Quércia disse não haver mais crise política dentro do governo. Mas concluiu: "Ainda falta, possivelmente, o Ministério da Indústria e do Comércio".

### Constituinte

# Sistema de governo: uma definição, breve.

A Comissão de Sistematização vai decidir, na próxima quarta-feira, se tomará uma posição, preliminar, sobre o sistema de governo a ser adotado na nova Constituição. Essa possível definição, apenas quatro dias antes do prazo para que os relatores das subcomissões temáticas apresentem seus pareceres, foi considerada uma interferência indevida pelo relator da própria Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral.

Na segunda reunião da Comissão de Sistematização, na noite de terça-feira, o líder do PTB, Gastone Righi, levantou essa questão, que foi rechaçada por Bernardo Cabral. Para ele, a comissão tem por função, apenas, sistematizar e decidir o mérito e as prerrogativas das subcomissões e comissões temáticas.

Enquanto isso, a Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo prosseguiu com suas audiências públicas. Ontem, foi a vez do presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Márcio Thomaz Bastos, que defendeu a adoção do presidencialismo parlamentarista e a criação de um tribunal constitucional.

Segundo Thomaz Bastos, o tribunal teria 12 ministros eleitos, para um mandato de 9 anos, pelo Congresso Nacional. A Corte se incumbiria de julgar questões constitucionais e arguições de inconstitucionalidade, velando pelo cumprimento da Constitui-

ção, podendo precessar e julgar, originariamente, o presidente da República, ministros de Estado, membros do Senado e da Câmara Federal, assim como o procurador-geral da República.

A defesa do tribunal foi feita também pelo ex-deputado e consultor para assuntos constitucionais da Universidade de Brasília, João Gilberto, que falou à Subcomissão de Garantia da Constituição. João Gilberto propôs, ainda, a criação do Conselho de Estado, como órgão máximo de consulta do presidente da República. Além do chefe da Nação, o conselho seria integrado pelos presidentes da Câmara, Senado e Supremo Tribunal Federal, um representante da maioria e outro da minoria nas duas Casas Legislativas federais; três governadores, o chefe do EMFA, o procurador-geral da República e um "defensor do povo", figura a ser criada com a Constituição.

### Programa paralelo

Da nova Constituição deve constar um dispositivo que proíbe a fabricação, armazenamento e transporte de armas nucleares no território brasileiro. Essa reivindicação, da comunidade científica, foi levada, ontem, à Subcomissão de Direitos e Garantias Coletivas, pelos professores Ramayana Gazzinelli, presidente da Sociedade Brasileira de Física, e Ênio Candotti, vice-presidente da SBPC.

E eles denunciaram o chamado programa paralelo da Comissão Nacional de Energia Nuclear e dos militares, com verbas e objetivos secretos. Por sugestão do deputado João Agripino (PMDB-PB), a subcomissão convocará o presidente da CNEN, Rex Nazareth, para explicar as contas e a emissão de cheques secretos para o programa nuclear paralelo, conforme denúncias da imprensa.

Ramayana Gazzinelli pediu que a CNEN explique de onde vem suas verbas e se há potência estrangeira participando do programa.

As polícias militares estaduais também apresentaram suas propostas à Constituinte. O assistente da corporação de São Paulo, tenente-coronel Néelson Freire Guerra levou à Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e sua Segurança proposta para que a União só possa convocar as PMs mediante lei complementar federal. Caberia, então, aos parlamentares definir as ocasiões em que a convocação da PM se daria, respeitando sua destinação de polícia estadual.

O tenente-coronel Freire Guerra defendeu também a manutenção do atrelamento das PMs ao Exército, proposta endossada por quase todos os comandantes das polícias militares reunidos ontem na subcomissão.